



# *Câmara Municipal de São Carlos*

*Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, realizada dia 27 de Setembro de 2018, de conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).**

**AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO (2018)** realizou-se a presente **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, sob a **Presidência** do **VEREADOR JOÃO MULLER**: Muito boa tarde a todos. Nesse momento nós vamos dar início a mais uma audiência pública aqui, na Câmara Municipal de São Carlos, atendendo o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Onde o Executivo tem obrigatoriedade, quadrimestralmente, de prestar contas ao Legislativo, à sociedade sobre as metas fiscais do seu município. Isso acontece nos meses de fevereiro, maio e setembro. E hoje, nós estamos atendendo o segundo quadrimestre do exercício de 2018. Quero, nesse momento, chamar para compor a Mesa dos Trabalhos o nosso secretário de Fazenda, Mário Antunes, por favor, se dirija até a nossa mesa. Também o diretor Márcio Block, que possa compor a Mesa dos Trabalhos, e também diretor da Secretaria de Fazenda, Marco Fábio, que também possa compor esta Mesa para nós iniciarmos os trabalhos. Quero agradecer aqui a presença dos demais membros do governo, vinculados à Secretaria de Fazenda. Agradecer assessores de vereadores. Estou vendo aqui o assessor do vereador Leandro Guerreiro. Agradecer o vereador Roselei Françoso, que já se encontra aqui entre nós. E a dinâmica da audiência será a seguinte: a prefeitura fará a apresentação pelo tempo necessário, sobre as metas fiscais de segundo quadrimestre, do exercício de 2018. Na sequência, nós abriremos aos vereadores a possibilidade de participação, fazendo questionamentos ou até mesmo considerações. E depois, também, os cidadãos que aqui se encontram, no Plenário, que estão acompanhando, poderão participar fazendo questionamentos ou considerações que julgarem necessários. Eu consulto o secretário de Fazenda, Mário Antunes, se ele fará a abertura e o tempo que ele precisa. Mário fará a abertura e na sequência ele nos informará qual diretor que fará a apresentação da receita e o outro fará da despesa. Por favor, Mário. Quer falar aqui mesmo, Mário? Ele vai usar a Tribuna. **SR. MÁRIO ANTUNES**: Boa tarde, presidente João Muller. Boa tarde ao vereador Roselei Françoso, aos assessores, aos servidores da Câmara Municipal e aos servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, boa tarde a todos, e também às pessoas que estão em casa nos vendo. Nós vamos utilizar a mesma metodologia que nós estamos empregando em todas as nossas audiências. Nós vamos apresentar os números do quadrimestre de 2018 comparando com os números do quadrimestre de 2017. Então, nós temos uma base de comparação boa, que nós entendemos, para verificar se estamos melhor, pior, se evoluiu, se teve algum tipo de problema. Então, nós vamos aplicar a mesma metodologia. E já adianto para vocês que, em função de austeridade, em função do trabalho profissional dos servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, do apoio do prefeito municipal, nossos números continuam bem equilibrados. São números que são diferenciados com relação a outros municípios do mesmo porte de São Carlos. Então, no final da apresentação nós vamos fazer um resumo. A parte da despesa, o nosso diretor financeiro, o Marco Fábio Monteiro de Barros, vai fazer a apresentação, e na sequência, na parte da receita, o nosso diretor de arrecadação, Márcio Block Berribili, vai fazer a apresentação da parte da receita. Então, eu vou pedir para agora, para o Marco iniciar na parte da despesa e a gente volta oportunamente. Obrigado. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER**: Muito bem. Nesse momento eu passo a palavra ao diretor financeiro, Marco Fábio para utilizar a Tribuna, e vai discorrer sobre... a receita ou a despesa? **SR. MARCO FÁBIO MONTEIRO DE BARROS**: Despesa. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER**: Sobre as



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

despesas do quadrimestre. **SR. MARCO FÁBIO MONTEIRO DE BARROS:** Boa tarde a todos, Srs. Vereadores, servidores da Secretaria Municipal de Fazenda, o pessoal que está aí em casa nos vendo e assistindo. [Por favor, primeiro slide]. A execução da despesa, ela transcorre em três estágios, é composto por valores empenhados, liquidados e pagamento. Esse primeiro quadro é um balanço orçamentário da despesa. Até o segundo quadrimestre de 2018, foram empenhados R\$ 547.342.276,49. Liquidados R\$ 452.71.235,46. E pago R\$ 439.598.780,02. As despesas, elas são divididas em despesas correntes e despesas de capital. Com relação às despesas correntes, o orçado foi de R\$ 697.153.524,03 e empenhado até o quarto bimestre R\$ 499.331.065,94, que corresponde a 71% do que foi orçado. Esse valor, ele se justifica porque no começo do ano vários contratos, eles são empenhados, assim como os empenhos estimados, como por exemplo a energia elétrica. Uma outra informação no que diz respeito a esse é o valor que foi contingenciado. O valor contingenciado foi no montante de R\$ 7.098.140,64. [Próximo slide]. Nesse slide, nós temos um gráfico que compara o total da despesa corrente empenhado com o total da despesa no quadrimestre de 17; segundo quadrimestre de 17 com o segundo quadrimestre de 2018. Então, o total da despesa empenhado no segundo quadrimestre de 2017 foi de R\$ 521 milhões e no segundo quadrimestre de 2018, R\$ 547 milhões, corresponde a um aumento de 5%. O total da despesa corrente saiu de R\$ 483 para R\$ 499 milhões do segundo quadrimestre de 17 para o segundo quadrimestre de 18, correspondendo um aumento de 3,43%. Vale lembrar que o valor de 2017 aí, foi deflacionado com a base do dia 31 de agosto de 2018 para que seja feita essa comparação. [Próximo slide]. Esse slide, ele mostra o demonstrativo de restos a pagar. Restos a pagar é despesa que foi empenhada, mas não foi paga até 31 de dezembro, distinguindo-se de processadas e de não processadas. Lembrar que estamos falando de prefeitura, autarquia e fundações. O saldo total processado foi de R\$ 1.654.908,93. O saldo total não processado foi de R\$ 12.410.416,71. E a disponibilidade financeira até o quarto quadro bimestre foi de R\$ 84.477.474,77. [Próximo slide]. O próximo slide, ele detalha o restos a pagar. O valor pago de restos a pagar do segundo quadrimestre de 2017 para o segundo quadrimestre de 2018 foi de R\$ 68 milhões para R\$ 69 milhões, correspondendo um aumento de 2,49%. O valor de disponibilidade financeira foi de R\$ 73 milhões para R\$ 84 milhões, comparando o segundo quadrimestre de 17 com o segundo quadrimestre de 18, um aumento de 15,53%. E o saldo de restos a pagar, houve uma queda, de R\$ 36 milhões para R\$ 14 milhões, comparando o segundo quadrimestre de 2017 com o segundo quadrimestre de 2018, uma diminuição em 61%. Então, esse quadro, ele é muito importante que mostra que houve um aumento na disponibilidade financeira em 15%, e uma diminuição no restos a pagar em 61%. [Próximo slide]. Esse quadro, nós temos o valor da despesa com pessoal. O valor total ele é composto pelos 12 últimos meses que vai de setembro de 2017 a agosto de 2018. E quais são as despesas que compõem esse quadro? São salários de funcionários, os encargos, como INSS, fundo de garantia, mão de obra terceirizada, processos judiciais trabalhistas, e temos como dedução o PDV, que é o plano de demissão voluntária. Fazendo essas contas, essas deduções, chegamos ao valor de despesa no montante de R\$ 383.756.842,26, com uma receita corrente líquida de R\$ 765.950.622,63. Se a gente comparar despesa com a receita, chegamos a um percentual de 50,10%. [Próximo slide]. Nesse slide nós temos a comparação da despesa com pessoal. No segundo quadrimestre de 2017, era de R\$ 367 milhões e foi para R\$ 384 milhões no segundo quadrimestre de 18, significa um aumento de 4,61%. E esse aumento está dentro da normalidade. Mas apesar desse aumento, no próximo slide, a gente pode observar que o percentual das despesas com o pessoal diminuiu. No segundo quadrimestre de 17, era 50,28% e diminuiu para 50,10%. Vale lembrar que o limite prudencial é de 51,3%, ou seja, está abaixo do limite prudencial. [Próximo slide]. Os próximos dois slides, eu vou falar um pouquinho de receita que eles se referem ao resultado primário e o



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

resultado nominal. O resultado primário, ele representa a diferença entre a receita e a despesa. E esse demonstrativo do resultado primário, ele nos diz o seguinte, que há um indicativo da capacidade dos governos em gerar receitas em volumes suficientes para pagar suas contas usuais sem que seja comprometida sua capacidade de administrar a dívida existente. Então, se a gente fizer receita menos despesa, a gente vai chegar num resultado primário de R\$ 105.779.825,59, é um número positivo. O que é que quer dizer esse número positivo? Quer dizer que o município está conseguindo pagar suas dívidas, honrando os seus compromissos, e como é um número que chama atenção, de três dígitos, demonstra que existe uma austeridade e um compromisso da administração. [Próximo slide]. Esse slide é um demonstrativo do resultado nominal. Qual que é o objetivo desse slide? É medir a evolução da dívida fiscal líquida. Vamos avaliar se houve um superávit ou se houve um déficit fiscal. A base de cálculo para a comparação é 31 de dezembro de 2017. Se a gente for analisar a dívida consolidada, que é dívida pública consolidada ou fundada, que é a capacidade que corresponde a um montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras com o vencimento superior a 12 meses, como por exemplo o parcelamento do INSS, aplicando as deduções permitidas conforme a metodologia de linha abaixo para a gente encontrar a dívida fiscal líquida, a gente pode deduzir disponibilidades de caixa, demais haveres financeiros e o restos a pagar processados. Então, fazendo as deduções permitidas, saímos de um montante, em 31 de dezembro de 2017 com a dívida consolidada de R\$ 208.237.391,39 para uma dívida fiscal líquida, em 31/12/2017, para R\$ 120.155.333,30. Comparando com o quarto bimestre de 2018, o valor foi de R\$ 66.741.487,66, gerando um resultado nominal de menos R\$ 53.413.845,54. O que esse valor representa? O que ele significa? Quer dizer que foi utilizado um volume de recursos para abater a dívida líquida. Se fizermos uma comparação da dívida líquida fiscal em 17 com o valor do segundo quadrimestre de 2018, houve uma redução em R\$ 53 milhões. O próximo slide, o Márcio vai dar sequência no que de respeito às receitas. Era isso que tinha a falar. Muito obrigado. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Passamos agora a palavra ao diretor... é de receitas? **SR. MÁRCIO BLOCK BERRIBILI:** Arrecadação. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Do Departamento de Arrecadação, que vai tratar da receita do município no segundo quadrimestre de 2018. **SR. MÁRCIO BLOCK BERRIBILI:** Boa tarde a todos e a todas. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Me permita, diretor. **SR. MÁRCIO BLOCK BERRIBILI:** Sim, senhor. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Antes eu queria... gostaria de registrar a presença do vereador Lucão Fernandes, que acompanha também esta Audiência Pública entre nós. **SR. MÁRCIO BLOCK BERRIBILI:** Boa tarde, vereadores. Boa tarde, Mário. Queria aqui apresentar para vocês o relatório resumido da execução orçamentária, não é? Então temos aqui nesse quadro nesse primeiro slide as receitas correntes, as receitas capitais, de capital, e receita corrente interorçamentária. É interessante nós percebermos esse slide aí, que a previsão inicial e a previsão que nós temos aí por bimestre, que eu acho que é interessante, né? Elas praticamente foram atingidas. Você vê as receitas correntes líquidas previstas até o bimestre, R\$ 527.580.956,50, realizadas até o bimestre, R\$ 526.460.389,44(F), nas receitas de capital aqui, que já muda um pouco, né? Tínhamos previsto R\$ 22 milhões e tivemos arrecadado R\$ 4 milhões. Na receita orçamentária, interorçamentária, 193 mil e tivemos 189 como realizado. Eu acho interessante aqui no próximo slide... é a comparação. Isso que é importante a gente perceber. No quadrimestre de 2017, por 2018, são os valores deflacionados já, né? Vocês veem que tivemos um aumento de 3,79% nesse quadro. Esse aqui é o quadro que eu acho mais importante no próximo slide, que são das nossas receitas aí, mais conhecidas. O IPTU, o ITBI, principalmente, e o ISS. Nós vemos que temos uma boa atividade nessas receitas. Para falar, por exemplo, o IPTU, né? Nós estávamos previstos R\$ 82.840.500,00, e realizamos R\$ 82 milhões.



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

Quer dizer, estamos bem próximos aí, do que foi previsto. O ITBI também. O ITBI é interessante, porque o IPTU, ele já é uma receita bem consolidada para a gente aí, né? É o nosso 'benchmarking', vamos dizer assim, é a maior arrecadação nossa mesmo. Mas o ITBI, ele estava meio abaixo, viu, João? Você deve ter acompanhado. E agora está tendo um reaquecimento da economia aí. Então, o ITBI, que é o imposto sobre transmissão de bens inter vivos, são sobre as negociações dos imóveis e tal. E vocês veem que agora já está R\$ 9,830 milhões, para uma previsão de R\$ 9,248 milhões. A outra coisa importante aqui é destacar é o ISS, o imposto sobre serviço de qualquer natureza. Que foi previsto R\$ 72 milhões e já atingimos R\$ 76 milhões. São diversas coisas que a gente pode falar aí sobre o ISS. Primeiramente, tem uma grande empresa que trouxe um volume interessante de... para a arrecadação do ISS. Também, há uma... a questão da Nota Legal, viu, João? Eu acho que... às vezes está pouco divulgado ainda, né? Que é uma premiação do ISS, viu, Lucão? Chega até R\$ 50 mil por mês. Então é só pedir a nota e pedir o CPF. A Nota Paulista já está bem encaminhada nisso, mas o do ISS ainda não. Então, isso vem trazendo maior arrecadação. Fora que o nosso corpo fiscal vem tendo treinamento sobre Simples Nacional, sobre ISS de bancos. Inclusive, ontem o fiscal foi fazer um treinamento de bancos. Semana passada, tivemos um treinamento sobre Simples Nacional. Também a Lei Complementar nº 157, né, Mário? Trouxe novas atividades para a gente, entendeu, João? Então, o ISS hoje é uma das maiores arrecadações nossas. Olha aqui esse quadro que legal, no próximo slide. Exemplifica bem, né? Olha só de um ano para o outro, 2017 e 2018. Você vê o primeiro ali, o IPTU, pontilhadinho ali, 16,5% a mais. Olha que interessante. Olha o ISS que salto, né? Você tem 30% a mais. Então, está refletindo aí nesse trabalho da fiscalização, no trabalho lá do SIM, né, e tudo mais. Olha o ITBI também, pessoal, olha só que salto que deu. Porque estava bem... o ITBI, a gente estava preocupado com esse tributo. Ele já tem uma alíquota baixa, apenas 1,75%. Mas estava meio complicado aí, por causa da questão da economia mesmo, né? Mas ele... agora vocês estão vendo que ele deu uma boa aumentada, uma boa evoluída. Vamos ver no próximo aí. Das transferências correntes, também tivemos um aumento aí de 4,89%. Aqui, esse quadro é mais exemplificativo. [Passa o próximo]. Olha só. Às vezes, a gente se preocupa aí, com o imposto, a gente fala imposto e às vezes a pessoa vê o imposto, é o carnêzinho do IPTU. O que a gente paga de imposto mesmo é o ICMS, que é uma paulada, que é 18%, a gente nem vê isso, porque ele está embutido já no preço. Você vê que a evolução muito baixa, é de 1%. O FPM também que tem a questão dos incentivos do governo. Também está meio fraco, ó, menos 5,22%, que é a questão do IPI. Agora, o IPVA já foi surpreendente, [ininteligível] por cento, porque IPVA vem 50% para o município. Então, quando o cara paga o seu tributo, metade vem para cá. Vamos lá? [Próximo]. Aqui também tem a questão do Fundeb, do Fnde e do SUS. Do Fundeb aí, tivemos um aumentinho de 3,56; do Fnde, continuou a mesma coisa; do SUS, teve um pequeno aumento aí, de 9,99. Oi? Ao contrário, né? Desculpa, do SUS teve o... foi uma queda, 1,89. Desculpa, é o quadro contrário, aqui. É, 1,89. Isso. Próximo quadro. Esse quadro aqui também são os... Sempre lembrar que os valores são deflacionados, tá? Nossa despesa empenhada teve um aumento de 5,05% para 2018, e a nossa receita teve 3,79%. Tem mais um? Olha só, aqui é... sempre lembrar que está tudo junto aqui, né, prefeitura, SAAE, as autarquias, as fundações. Então, administração direta aí é R\$ 725 milhões, aprovação da receita corrente líquida. As autarquias, R\$ 99 milhões. As fundações públicas, R\$ 738 milhões. Empresas estatais dependentes, R\$ 517 milhões. Com as deduções, chegamos ao valor da receita corrente líquida de R\$ 765 milhões. Tem mais algum? Deixa eu ver. Ah, do quadro comparativo da LRF, é esse, né? Não estou enxergando direito. É esse aí mesmo. Bom, esse quadro comparativo aqui entre a receita corrente líquida e com as despesas com o pessoal. Você vê que a receita corrente líquida aí, R\$ 765 milhões, com as despesas totais de pessoal, R\$ 383 milhões. Nós atingimos



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

50,10%, o limite da LRF é 54, e limite prudencial 51,30%. Estamos bem próximo aí. O nosso saldo devedor, R\$ 116 milhões, 15,20%. O limite legal seria R\$ 919 milhões e 120% aqui. É isso. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Encerrada a exposição da parte da Secretaria Municipal de Fazenda sobre o resultado fiscal do segundo quadrimestre de 2018. Nós vamos abrir a possibilidade, se houver interesse, da parte dos Srs. Vereadores em fazer considerações ou questionamentos. Eu consulto aos Srs. Vereadores. Vejo que o vereador Roselei Françaço pede para fazer uso da palavra. Vamos estipular até... cinco minutos está bom, né, vereador? **VEREADOR ROSELEI FRANÇAÇO:** Na verdade eu quero cumprimentar o Mário, toda a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda aqui presente, o Muller por presidir essa sessão, o vereador Lucão, população que nos acompanha. E o resultado, me parece, é bem satisfatório, não é, por conta de ter aí uma evolução se comparado com o mesmo período do exercício passado. O que me chamou atenção, e eu só gostaria assim, de fazer um questionamento, mas um questionamento para a gente também ter essa transparência com a população que nos acompanha e a gente sempre fala aqui, e é uma curiosidade pessoal, acredito que deve ser curioso para o Lucão, para o Muller; Muller talvez até saiba, porque acompanha isso diariamente. Eu já acompanhei isso diariamente também, mas hoje, em razão até de algumas atribuições que eu acabei assumindo, não tenho acompanhado, e eu sinto falta disso às vezes porque a própria população às vezes pergunta. E vejo, por exemplo, essa questão da receita capital. É um número que nos traz preocupação, porque quando a gente pensa a cidade, esse valor é previsto, de R\$ 33 milhões e foi... deveria ter sido executado até o momento, R\$ 22.396.694,41, e só foi realizado R\$ 4,882 milhões. Por que do meu questionamento? Porque a receita capital, a gente sabe que normalmente são os investimentos, coisas que realmente trazem efeitos concretos na vida em sociedade, infraestrutura, obras. E eu gostaria de saber qual foi o fator de fato? Por que é que nós não tivemos o cumprimento, o real cumprimento dessa execução orçamentária? Se o problema foi licitação, se foi nos repasses, se foi de fato de programas do Governo Federal, que não foram cumpridos em razão do período eleitoral? Só gostaria de esclarecimento em relação a isso. Com relação ao ISS, eu vejo aqui um resultado muito positivo. E a gente sempre acaba atrelando isso à empresa Serasa Experian, né? Que trabalha aí no setor financeiro aqui no município de São Carlos. E fiquei muito feliz, ouvir o Márcio falar sobre a repercussão que esse valor tem também em decorrência do programa Nota Legal. Isso é um sinal, na minha avaliação, positivo, porque você está efetivando as pessoas, na verdade educando a um processo que... de não... **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Sonegação. **VEREADOR ROSELEI FRANÇAÇO:** De não sonegação fiscal. E com relação às empresas, se esse valor exatamente procede, se é em decorrência do Serasa Experian, que contribui maciçamente com esse acumulado. E com relação também... você citou aqui a questão do campo fiscal do INSS. Da outra vez fiz a mesma pergunta, mas o Mário acho que explicou que essa questão do INSS, nós fizemos alteração na lei aqui no ano de 2017. Se esse valor também está atrelado, se o município já está sentindo a repercussão dessa... inserir novas atividades, que os recursos dos impostos decorrentes dos serviços bancários já estão repercutindo e está contribuindo com essa arrecadação. A outra na verdade é uma constatação, não é uma pergunta. Mas o período citado aqui tanto para o ITBI, para o IPTU, para o ISS, para todas as receitas na verdade, se é relacionado ao mesmo período de 2017-2018. Então, o segundo trimestre, né? Então, essa já está tranquilo. E com relação ao SUS, é uma pergunta que eu vou fazer, não sei se vocês terão a resposta aqui, mas é uma preocupação porque eu venho alertando isso já há algum tempo, e a gente vê que houve uma queda e a gente acompanha isso há algum tempo, falando quase sempre aqui, o vereador Lucão também por ser o presidente da Comissão Permanente de Saúde dessa Casa. Era uma preocupação que a gente tinha com a arrecadação de fundo a fundo em razão da produção da UPA do Santa Felícia. Ela



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

vinha recebendo um valor, de R\$ 100 mil. Ela poderia ter sido referenciada a receber até 170 mil. A gente sabe que isso não aconteceu. Mas se essa queda tem a ver com quais serviços da Saúde que ficaram comprometidos, tá? São essas as perguntas apenas. E do mais eu quero parabenizar, novamente, toda a equipe pela presteza, pela dinâmica, pelo conteúdo que vocês trazem para a gente, sempre foi muito, muito bom para o nosso entendimento. Obrigado. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Eu consulto aos representantes, os representantes da Secretaria quem fará uso da palavra para responder ao vereador Roselei. Nós vamos pontuar, marcar, marcaram todos aí? Todos os questionamentos? Então, pode se dirigir até a tribuna. Se o Mário quiser usar esse microfone também depois. Márcio Block, diretor, fará uso da palavra nesse momento. **SR. MÁRCIO BLOCK BERRIBILI:** Roselei. Então, eu vou falar questão do ISS que é mais minha praia aí, né? Como você disse, tem uma grande empresa aí, no setor que trouxe um ganho muito grande na arrecadação. Mas nós não podemos ficar presos nisso, entendeu? Não podemos depender disso. É, sim, mas então, o que é que acontece? Hoje nós temos um trabalho muito específico na fiscalização tributária com o setor bancário, por exemplo. Todos os bancos estão sob fiscalização. Fora o acompanhamento que nós temos, as declarações que eles têm que apresentar, na escrituração fiscal. A questão da Nota Legal como falei para você, das novas atividades inseridas, do Simples Nacional, que cada vez vem crescendo mais. Então, tudo isso vem incrementando a arrecadação. É claro que essa... a atividade dessa empresa deu um ganho muito grande. Mas como disse para você, nós estamos sempre trabalhando de uma forma a não depender dessa arrecadação. Então, é questão de educação fiscal, principalmente com a Nota Legal, né? Existe um trabalho com isso que a gente pretende, inclusive eu venho conversando com o Mário, trabalhar isso nas escolas. Porque educação fiscal é a coisa mais importante que a gente pode trazer para o município. Porque muita gente não sabe, não tem nenhum conhecimento dessa legislação e não sabe quão importante você pedir nota, você... tem até a questão ambiental também porque a nota eletrônica... Quando nós implantamos... Isso foi crescendo, né, vereador? Quando nós implantamos a nota eletrônica, acabamos com aquela nota de papel. Aquilo ali tinha muita sonegação. Nota calçada, Lucão, os caras colocavam carbono e tiravam uma nota em cima com o valor embaixo, parece que brincadeira, mas continuavam fazendo isso. Então, com a nota eletrônica isso já foi acabando. Então, fomos implantando isso aos poucos. E o importante é falar também sem punição, nós trabalhamos com a questão de educação, de orientação, capacidade contributiva, não vamos ficar em cima de MEI, de... É lógico que ele tem que cumprir o seu papel, o MEI, o pequeno empreendedor. Mas você precisa trabalhar com incentivo, com orientação. A fiscalização, sempre... nunca chegamos lá e atuamos, entendeu? É sempre com orientação. A visita dupla, quer dizer... sempre nós vamos em dupla e nunca atuamos na primeira visita, vamos dizer assim, é sempre de orientação. Agora, alguns setores têm a nossa maior contundência, como disse, o setor bancário, que já abrimos ações fiscais. E os fiscais, inclusive, estão com treinamento com isso, entendeu? Mas é isso, a arrecadação do ISS, ela vem se demonstrando, porque era muito... quando nós fizemos um estudo aí, inclusive o Mário participou, eu, o Maurício, sobre o ISS, e nós vimos que nos municípios de 100 mil, 300 mil habitantes, São Carlos estava muito baixa, a arrecadação do ISS. O 'benchmarking', nosso alto era o IPTU. O IPTU tranquilo. Mas o ISS era sempre abaixo. E hoje nós já estamos, depois de alguns anos, né, Mário, já estamos atingindo aquela lacuna, que se chama e a meta que a gente pretendia. Então, isso é um trabalho... não foi um trabalho de um mês, dois meses, são trabalhos de anos, né, Roselei? Todo mundo aqui trabalha lá no Departamento de Arrecadação, é um servidor de carreira. É um trabalho importante que vem ali dos próprios servidores do SIM, dos auxiliares, é um trabalho em conjunto mesmo. Com apoio do Mário, ali na Secretaria, e que também é fiscal



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

de tributos. Então, nós temos essa visão, né? Então é isso. Acho que está se refletindo nos números, aí, Roselei, não mente. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Sim. **SR. MÁRCIO BLOCK BERRIBILI:** Então, é interessante você ver que esse trabalho está tendo, vamos dizer assim, resultado, né? **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Com certeza. **SR. MÁRCIO BLOCK BERRIBILI:** Ficar dando soco em ponta de faca e não acontece nada, né? **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Muller, presidente, deixa eu só aproveitar a permanência. Eu estou satisfeito. Acho que era isso mesmo que eu esperava ouvir, né, em decorrência, obviamente, do trabalho coletivo que vocês desenvolvem muito bem lá. Mas eu... aproveitar a permanência do Márcio lá, passou batido aqui, mas olhando o número aqui agora, e chamando atenção, é a questão do FPM. E o ano passado, o ano retrasado a gente chegou a apresentar aqui nessa Casa uma denúncia em decorrência da falta de pagamento do INSS dos patronais, se não me engano, né? E foi feito um acordo, na verdade, que reduziria um valor da parcela do FPM, ele é retido na fonte lá para pagar a Receita Federal em razão desse acordo que foi feito na gestão anterior ainda, depois não houve o fiel cumprimento, a administração atual voltou a negociar com a Receita Federal. Essa queda do FPM é em decorrência dessa subtração ou esse valor, ele já é cheio? **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem, vamos-- **SR. MÁRCIO BLOCK BERRIBILI:** Obrigado. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Vamos passar agora a palavra-- **SR. MÁRCIO BLOCK BERRIBILI:** O Mário vai responder essa parte. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Tá. Passar a palavra ao secretário de Fazenda, Mário Antunes, para responder as outras três perguntas do vereador Roselei Françoso. **SR. MÁRIO ANTUNES:** Boa tarde a todos. Vereador, com relação à receita de capital, passou aqui na Câmara R\$ 2,5 milhões - vou lembrar alguns números, eu não vou lembrar de todos - R\$ 2,5 milhões do recape do... **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Desenvolve São Paulo. **SR. MÁRIO ANTUNES:** Desenvolve São Paulo, depois mais R\$ 20 milhões. Então, isso é ser receita de capital. Só que não foi lançado aqui porque nós não assinamos ainda o convênio. Então, eu não posso lançar. Nós monitoramos muito a receita de capital, e quando nós analisamos, por exemplo, de 2016 para cá, ela vem em uma crescente, porque ela exige negociações, ela exige que o município esteja adimplente, que esteja com as certidões, então nós estamos evoluindo. Então, eu acredito que no fechamento do exercício, nós teremos chegado bem próximo do valor orçado, está certo? Mas ainda nós não concretizamos esses valores, mas está muito próximo da concretização, tá? Com relação ao SUS, a diferença que está dando é mais ou menos em torno de R\$ 1 milhão. Quando a gente fala do repasse da UPA da Santa Felícia, pode ser que chegue próximo disso, ou que ela tenha contribuído para isso, mas eu não consigo ter detalhes com relação a isso, porque eu analiso a rubrica, e com relação à rubrica houve uma queda. Mas provavelmente, o Santa Felícia deve ter contribuído com isso aí. O FPM não, o FPM, ele não tem nada retido do município de São Carlos. Ele, houve uma queda, mesmo, geral, de todos os municípios, com relação ao recebimento do FPM. Então, o município de São Carlos, ele está adimplente, ele não tem nenhum retido com nenhum tipo de parcela de transferência ou do Estado ou da União. Então, essa queda é em função da dificuldade do Governo, da União com relação à gestão desses recursos. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Tá, Mário, desculpa, talvez tenha me expressado mal no termo retenção. Na verdade, não é retenção... **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Do repasse. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Como? **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Do repasse do FPM. **VEREADOR ROSELEI FRANÇOSO:** Do repasse do FPM. Mas é que o acordo que foi feito, salvo engano, posso estar me equivocando aqui, porque é tanta coisa que passa aqui por nós, mas é que aquela dívida do ISS, ele já seria descontado o valor mensal do... INSS, né? Esse valor, ele é bruto, ou ele já sofre esse desconto? Esse-- **SR. MÁRIO ANTUNES:** Não, na verdade é assim que funciona: o FPM,



# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

nós temos alguns... tanto o FPM como ICMS, por exemplo, eles são garantias que normalmente as instituições financeiras pedem para os municípios que é uma segurança quando você não cumpre uma obrigação. Quando você tem uma parcela, não cumpre, você... ou o FPM ou o ICMS você dá como garantia para a instituição financeira. Com relação... Nós temos algumas dívidas que elas vêm debitadas na nossa conta, mas não é o caso, o FPM realmente, o FPM, ele caiu para todos municípios do Brasil. A Confederação Nacional dos Municípios, ela divulga isso regularmente, a queda do FPM para todos os municípios do Brasil. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Consulto se mais algum vereador queira fazer o uso da palavra. Senão já vou passar para a outra fase. Antes de passar para a fase da participação dos cidadãos, eu só queria fazer uma menção. Roselei tocou em um assunto importante que foi a recepção da Lei Complementar nº 157, o ano passado. E eu quero aproveitar, fazer de público, conversei com o Mário aqui um pouquinho antes de começar a audiência, nós cometemos um deslize quando recebemos essa lei, nós revogamos várias outras leis municipais. E entre elas nós revogamos uma lei de extrema importância para o município, para o setor da construção civil, que é o Minha Casa, Minha Vida. O incentivo fiscal que tinha de ITBI, ISS, IPTU, tem trazido transtornos aos investimentos. Eu vou dar um exemplo, a empresa Infratécnica, que tem empreendimento imobiliário aqui em São Carlos, está aguardando o envio de uma nova lei para essa Casa para que possa passar a unidade para os mutuários, porque a isenção de ITBI não é para empreiteira, é para o comprador do imóvel. Então, queria fazer um pedido de público ao Mário, já fiz para o Dr. Edson, já usei essa Tribuna durante uma das Sessões, para alertar, né? Hoje, por exemplo, cidade de São Carlos foi selecionada ontem à tarde com 759 unidades habitacionais no Faixa 1, que não haverá mais em 2009(sic), investimento de R\$ 70 milhões, e que a empresa hoje esteve na prefeitura preocupada porque ela precisa também desta lei para poder dar a isenção de ITBI e ter a isenção do IPTU quando desenquadrar de rural para urbano, para pode fazer o investimento. Então, só para registrar, não é nenhum questionamento ao Mário, mas é para lembrar o seguinte, tem temas, tem matérias que são urgentes nesse momento para que a cidade possa caminhar, avançar na questão do emprego. Muito bem. Dito isso, eu pergunto se alguns dos senhores que estão aqui na plateia, têm interesse de fazer algum questionamento, consideração. Se não tiver, eu vou passar para as considerações finais do nosso secretário de Fazenda. Tudo bem? Posso passar? Então, passo ao secretário Mário Antunes, secretário de Fazenda, para as considerações finais. **SR. MÁRIO ANTUNES:** Presidente João Muller, a Secretaria Municipal de Fazenda, ela vem cumprindo com a obrigação dela que é manter o equilíbrio entre a receita e a despesa. Isso não é favor, é obrigação nossa, como servidores públicos municipais. Nós pensamos que é necessária essa continuidade, né? Por isso que nós, servidores públicos, nós entendemos que, entra um gestor ou sai um gestor, essa continuidade, ela é importante para o município. E hoje, nós estamos trabalhando, sempre com o apoio do prefeito Airton Garcia e com apoio dos nossos servidores, para que a gente possa continuar com esse equilíbrio, e atendendo às demandas de todos secretários. Os números demonstram, a Secretaria Municipal de Fazenda, ela libera a despesa conforme a receita. Isso é muito importante. Então, nós, tendo condição de liberar a despesa, nós estamos fazendo, tanto é que a despesa, ela é crescente como é crescente também a receita. Então eu agradeço à Câmara Municipal, através do presidente Júlio César, que sempre nos ajudou. Tudo aquilo que a Secretaria Municipal de Fazenda pediu, solicitou através das alterações de leis, nós fomos atendidos. E já deixo adiantado que nas próximas semanas nós devemos encaminhar à Câmara Municipal o PMAT. Então, é um assunto que gostaria, e eu tenho certeza que a gente vai ter também o apoio da Câmara Municipal, porque é um Programa de Modernização da Administração Tributária, nós vamos dar mais condições de trabalho aos servidores públicos da Secretaria Municipal de Fazenda para que a gente consiga desenvolver





# *Câmara Municipal de São Carlos*

## *Capital do Conhecimento*

*Setor de Recepção, Expedição e Registro de Documentos Oficiais*

um trabalho cada vez melhor. Então, eu conto, eu tenho certeza que a Câmara Municipal, como sempre esteve, estará ao nosso lado para que a gente possa evoluir com relação a isso. Então, eu agradeço a atenção, agradeço a todos os servidores. Estaremos juntos aqui na nossa próxima audiência. Muito obrigado. **SR. PRESIDENTE JOÃO MULLER:** Muito bem. Agradecendo a presença do secretário e dos membros da Secretaria de Fazenda, dos nossos vereadores que aqui estiveram, vereador Lucão Fernandes, vereador Roselei França, os assessores dos vereadores, declaro encerrado mais uma... Há? A imprensa também que participou. Declaro encerrada mais uma Audiência Pública.0-